



República de Angola  
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

Ministério da Energia e Águas	
ENTRADA Nº	351
LIVRO Nº	06
EM	DF 108/13
POR	Csumulda

→ Ao **CSB**, Pare,  
Publicar no próximo  
no do boletim do  
MINIST.

### 3º CONSELHO CONSULTIVO

WAKO KUNGO, 01 E 02 DE AGOSTO 2013

#### COMUNICADO FINAL

→ en final ne parte do CCA

Teve lugar nos dias 01 e 02 de Agosto de 2013, na cidade do Waku Kungo, Município da Cela, Província do Kwanza Sul, o 3.º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, que decorreu sob o lema "Reestruturando o Sector da Energia e Águas para o Bem-Estar Social e Desenvolvimento Sustentável".

O evento foi presidido por Sua Excelência Ministro da Energia e Águas, Eng.º João Baptista Borges e contou com a presença dos Exmos Senhores Secretários de Estado das Águas Eng.º Luís Filipe da Silva e da Energia Eng.º Joaquim Ventura, Vice-governador da Província do Kwanza Sul para a Área Económica Dr. Mateus Alves Morais de Brito, Administradora Municipal da Cela Eng.ª Amélia Russo, Altos funcionários do Sector e convidados.

No discurso de boas vindas, o Dr. Mateus Alves Morais de Brito, Vice-governador para a Área Económica, em representação de Sua Excelência Sr. Governador da Província do Kwanza Sul, apresentou um conjunto de preocupações relacionadas com a necessidade de melhoria no abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica à Província.

O discurso de abertura coube a Sua Excelência Senhor Ministro, que realçou a importância da aprovação pelo Conselho de Ministros do Programa de Transformação do Sector cuja finalidade é estabelecer e implementar um novo figurino institucional para o Sector Eléctrico, com a fusão ou cisão dos activos das actuais empresas e a criação de três novas empresas cada uma delas dedicadas a um segmento da cadeia de valor, ou seja, produção, transporte e distribuição de energia eléctrica.

Sua Excia Ministro de Energia e Águas realçou a importância da implementação dos projectos estruturantes no domínio de produção de energia eléctrica, transporte e distribuição, dos quais se destacam a construção do Aproveitamento Hidreléctrico do Lauca, a construção da segunda central do Aproveitamento Hidroeléctrico de Cambambe e a Central de Ciclo Combinado

no Soyo, bem como todos os sistemas de transporte associados a estes empreendimentos.

Relativamente ao Sector das Aguas, Sua Excia Ministro de Energia e Águas destacou a importância da criação de um organismo regulador e do processo de empresarialização do Sub Sector de Aguas no âmbito do qual se prevê para breve a criação de empresas públicas provinciais visando a melhoria da qualidade de serviço e sustentabilidade de sistemas de abastecimento de água. Mereceram igualmente referência da parte do Sua Excelência Senhor Ministro, os desafios associados à implementação do Programa Agua para Todos (PAT) e a construção de novos sistemas de abastecimento de água tanto em sedes provinciais como em sedes municipais.

Sua Excia Sr. Ministro expressou o seu apreço e solidariedade para com a população e Governo Provincial do Cunene devido a situação de seca que está assolando a província.

O 3º Conselho Consultivo compreendeu a apresentação e discussão dos temas enquadrados nos seguintes painéis: Programa de Transformação do Sector Eléctrico, realizações e perspectivas de desenvolvimento das empresas e órgãos dependentes do Ministério de Energia e Águas e das estruturas provinciais.

Os participantes aprovaram o seguinte conjunto de conclusões e recomendações:

- Alteração da data de implementação e operacionalização das novas empresas do Sector Eléctrico, Setembro de 2013, para o início de 2014;
- Realização do Encontro Alargado do Comité de Aconselhamento a 15 de Agosto de 2013, para recolha de contribuições no âmbito da reestruturação do Sector Eléctrico;
- Implementação do Programa de Electrificação de sedes municipais e comunais, visando a melhoria das condições de vida das populações e criar condições de desenvolvimento;
- Em futuros Conselhos Consultivos as apresentações das empresas devem conter informação relativa ao desempenho económico-financeiro da sua actividade;
- A necessidade de criação de grupos de trabalho a nível das empresas do Sector e do IRSE, para reflectirem na constituição de Conselhos de Formação, para definição das prioridades de formação, estratégias e os agentes para a sua implementação;

- Os Centros de Formação do Sector devem ser caracterizados por sistema de formação por competências, modelos de competência profissional e certificação de competências;
- A necessidade de assegurar o cumprimento das normas sobre radioprotecção e o manuseamento de fontes radioactivos de acordo com o Decreto Presidencial 12712 de 25 de Janeiro;
- A Agencia Reguladora de Energia Atómica devera continuar com o trabalho e visitas aos hospitais provinciais para inspeccionar os equipamentos de radiologia. Por outro lado, devera intensificar a sua acção no controlo dos pára-raios instalados e dos projectos de exploração minérios em todo território nacional;
- 
- As empresas ENE e EDELdevem acelerar o processo de instalação de contadores de pré pagamento, como forma de aumentar a sua eficiência comercial;
- Para a EPAL e as empresas de Águas de Benguela e Lobito, recomenda-se a redução dos custos e aumento das receitas, sobretudo os ligados a vertente comercial, adoptando soluções mais económicas e adequadas.
- Resgatar a capacidade operacional da ENCEL;
- Desencadear os procedimentos conducentes a aprovação da regulamentação da Lei de Águas e do Regulamento Geral dos Recursos Hídricos;
- Implementar o modelo de regionalização da gestão de Bacias Hidrográficas;
- Aprovar do estatuto orgânico do GABHIC;
- Elaboração do relatório mensal sobre a execução do Programa Água para Todos, referindo os projectos concluídos, em curso e iniciados em cada mês, bem como o balanço da execução física e financeira do Programa Água para Todos com periodicidade trimestral;
- A semelhança do que ocorreu no OGE 2013, os Governos Provinciais devem incluir nos respectivos orçamentos as dotações orçamentais relativas a implementação do Programa Água para Todos contemplando no PIP Provincial os projectos tendo como base as necessidades identificadas no domínio do abastecimento de água no meio rural;
- Assegurar com regularidade a manutenção dos sistemas de abastecimento de água no meio rural, visando a adequada disponibilidade operacional dos equipamentos.
- Efectuar a revisão dos planos de acção no âmbito do Programa de Água para Todos para o período 2014 – 2017.

Os participantes ao Conselho Consultivo Alargado do Ministério da Energia e Águas, aprovaram uma Moção de Agradecimento ao Governo da Província do Kwanza Sul e aos patrocinadores do evento.

Waku Kungo, aos 02 de Agosto de 2013.

O Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas